

# Design de Base Popular (DBP) e a venda ambulante: paridades entre duas cidades brasileiras: Porto Alegre (RS) e São Luís (MA)

Raimundo Lopes Diniz<sup>(1)</sup> e  
Guilherme Englert Corrêa Meyer<sup>(2)</sup>

---

**Resumo:** O presente artigo pretende gerar conhecimentos a respeito do Design de Base Popular (DBP) e o trabalho informal na cidade de Porto Alegre (RS) em paridade à cidade de São Luís (MA), capitais brasileiras notadamente com diferenças geográficas e culturais. Para tal, elaborou-se um mapeamento (cartografia) da ocorrência de artefatos, de procedência DBP, relacionados ao processo de comercialização de produtos por vendedores ambulantes em Porto Alegre e, em seguida, categorizaram-se os artefatos para uma melhor compreensão a respeito da sua aplicabilidade e importância funcional para a comercialização de produtos e serviços. Foram aplicadas entrevistas estruturadas com vendedores ambulantes e realizaram-se observações sistemáticas de produtos de base popular (artefatos), em situação real de uso, apresentando um panorama do comércio informal e do DBP como uma realidade entre as duas capitais. No geral, os resultados apontaram que, mesmo com diferenças geográficas e culturais, há similaridades e diferenças relacionadas ao processo do trabalho informal e o DBP, principalmente em consideração aos tipos de produtos e serviços oferecidos, o formato da venda e a legislação municipal.

**Palavras-chave:** Design de base popular - trabalho informal - vendedores ambulantes - Porto Alegre - São Luís

[Resumos em espanhol e inglês nas páginas 223-224]

---

<sup>(1)</sup> Doutor, PPGDg (UFMA), PPERGO (UFPE).

<sup>(2)</sup> Doutor, PPGDesign (UNISINOS).

## Introdução

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho informal (também representado por “economia informal”) pode ser caracterizado como um contexto onde as atividades econômicas são realizadas sem a aplicação da legislação trabalhista em sua to-

talidade e, em muitas vezes, trabalham por conta própria (OIT, 2006). Essa realidade pode ser encontrada em vários países, incluindo o Brasil.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relata que o emprego com carteira assinada no Brasil caiu 1,4%, sendo que, dos 92 milhões de ocupados 41% (ou 37,8 milhões), encontram-se no trabalho informal (IBGE, 2018). O crescimento do trabalho informal no país vem ocorrendo ao longo do tempo. Por exemplo, em 2019 houve um aumento de 34% para 41,6% e, com o evento da Pandemia causado pelo Covid-19. No ano seguinte, esse quadro agravou-se ainda mais (Vahdat, 2022).

Ainda, conforme Vahdat et al (2022), a informalidade relacionada aos processos de trabalho é “um fenômeno multideterminado”, sendo influenciada por diversos fatores e, desta forma, resultando em inúmeros tipos de atividades e ocupações. Tais ocupações incluem, por exemplo, circunstâncias muito comuns quanto à necessidade de autossustento e elevado nível de vulnerabilidade, além de circunstâncias que envolvem boa remuneração e proteção. Dentre tantas possibilidades, há o “comércio informal de rua”, mencionado por Itikawa (2006), que pode ser composto por trabalhadores informais que atuam nos espaços públicos das cidades (ruas, praças, avenidas etc.) e que podem ser licenciados, ou não, para atuar no exercício do comércio popular.

Na cidade de Porto Alegre (RS), a lei que regulamenta o comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos é a Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008 e o Decreto Nº 17.134, de 4 de julho de 2011 (Porto Alegre, 2011). A regulamentação permite o oferecimento de vários produtos e serviços no modo itinerante ou no modo fixo (dentre eles: gastronomia itinerante *Food Truck*, cachorro quente, pipoca, amendoim, batata frita, milho verde, lanches rápidos em trailer, frutas, verduras, doces, caldo de cana, sorvete expresso, pizza ou crepe suíço, comércio de gás em veículo automotor, flores, jornais, revistas, produtos de conveniência, bomboniere e congêneres, serviços de sapateiro e engraxate, chaveiro, hortifrutigranjeiros). Para a comercialização, é exigida padronização de equipamentos, carrinhos, veículos automotores, trailers, quanto aos aspectos dimensionais, de instalação, tração e fabricação.

Por outro lado, de acordo com César (2021), é comum a comercialização ilegal, sem licença, de produtos e serviços na capital gaúcha e que não seguem a padronização estipulada pela regulamentação municipal. Portanto, a forma de negociar tais produtos e serviços é produzida por conta própria. Tal circunstância é evidenciada por Macedo e Diniz (2020), os quais apontam que a viabilidade do trabalho informal gira, também, em torno da produção ou implementação de “artefatos físicos” (como, por exemplo: carrinhos, bancadas, expositores, dentre outros) usados como um meio para vender produtos e serviços em logradouros públicos (ruas, praças, avenidas etc.), como um meio de contornar as regras “impeditivas” do seu auto sustento, pelo fato de não conseguirem seguir à risca o que é exigido na padronização das leis.

Macedo e Diniz (2020) usam o termo Design de Base Popular (DBP) em referência aos artefatos físicos usados pelos vendedores ambulantes no comércio informal, descrevendo que a sua produção é relacionada ao processo criativo advindo do conhecimento empírico ou tácito, seja ele aplicado diretamente pelos próprios vendedores ou por artesãos que intermediam a referida produção.

Assim, de maneira geral, o presente estudo visa aprofundar os conhecimentos em relação ao Design de Base Popular – DBP, como uma continuidade do projeto de pesquisa “Design de base popular e inserção social: o caso do trabalho informal em São Luís - MA; foco na função Prática.” (Resolução CONSEPE-UFMA, no 1685/2018). A proposta principal do projeto é evidenciar a importância do DBP, na possibilidade de uma maior compreensão no que diz respeito ao Design e a troca de conhecimentos entre o popular e a academia, evidenciando possibilidades de melhorias na função prática do DBP e, conseqüentemente, a possibilidade de uma melhor renda aos trabalhadores informais (vendedores ambulantes), especificamente quanto ao caso de Porto Alegre.

Considera-se importante mencionar que, no presente momento, a pesquisa supracitada conseguiu delinear a fundamentação teórica pertinente ao tema e, ainda, alcançar os objetivos de “1. mapear a existência de produtos de base popular no ambiente urbano”, “2. realizar levantamento por tipificação quanto à aplicabilidade e formas de uso” e “3. Avaliar os produtos encontrados por condições de funcionamento e formas de uso”, considerando a cidade de São Luís (MA); visando “Gerar recomendações de melhoria como requisitos de cumprimento à função prática (de uso)”. Desta forma, considerando as diferenças geográficas e culturais, replicaram-se no presente artigo, os objetivos “1” e “2” na cidade de Porto Alegre (RS), no intuito de se ter um panorama inicial do comércio informal e do DBP na realidade dessas duas capitais brasileiras e, então, serem verificadas possibilidades de uma qualificação sistêmica dos processos relacionados à implementação e mesmo geração de novos artefatos. Para tocar a dimensão sistêmica para desdobramentos futuros deste trabalho, pretende-se incorporar à esta discussão valores do Design Estratégico.

A dimensão estratégica, especialmente interessante para esta proposta de ampliação, prevê considerar uma diversidade de atores presentes nos processos de DBP. O DBP considera na sua ideia de ecossistema, atores frequentemente negligenciados dos processos inventivos de artefatos relevantes para a economia das regiões. Voltar-se para esses atores obscuridos, é também um movimento estimulado pela compreensão estratégica dos processos de design, especialmente na compreensão de que os ecossistemas sejam entendidos em sua amplitude cosmológica (Meyer, 2019).

Ressalta-se, ainda, que o projeto em questão é uma continuidade do projeto interinstitucional: “Comunidades criativas e saberes locais: Design no contexto social e cultural de baixa renda”, o qual foi aprovado pelo Edital Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia nº 21/2018, PROCAD-AM, iniciado em outubro de 2018, com duração de cinco anos, tendo como Proponente e Coordenador o Prof. Dr. Raimundo Lopes Diniz. O projeto PROCAD enfatiza o saber artesão da região da Baixada Maranhense e da região metropolitana de São Luís, a saber, vendedores ambulantes, e os tradicionais pregoeiros, que vendem seus produtos pelas ruas da cidade. O projeto tem caráter interinstitucional congregando pesquisadores da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais) e da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

## O comércio informal como realidade em São Luís (MA) e Porto Alegre (RS)

Em muitas cidades metropolitanas, os trabalhadores informais localizam-se nos centros urbanos para venda de suas mercadorias e produtos, por haver um grande fluxo de pessoas o que, consequentemente, gera algum tipo de renda. São Luís é um exemplo de capital em que a quantidade de trabalhadores informais é bastante expressiva, alguns bairros inclusive apresentam grande incidência desse tipo de trabalho. Isso pode ser decorrente de muitos fatores, como a falta de oferta de empregos formais, a substituição da mão-de-obra humana por máquinas, entre outros (G1 - Maranhão, 2012). O mesmo pode ser observado em Porto Alegre, sendo que em ruas e avenidas próximas ao mercado público e terminais de ônibus, por exemplo, locais de forte comercialização atacadista e de varejo, há a presença crescente de comércio informal nas ruas e calçadas da cidade (Barroso, 2017).

A partir dessa necessidade, os trabalhadores informais desenvolvem os próprios artefatos, mesmo sem o conhecimento técnico para tal, o que pode ocasionar em determinados riscos acidentais ou desdobramentos indesejáveis durante seu uso. Dentro desse cenário, percebe-se a importância do designer, o qual pode atuar como uma espécie de “instrutor”, fornecendo conhecimento técnico-científico para esses trabalhadores, desta forma assegurando-lhes o desenvolvimento de produtos mais eficazes e, por meio destes, possibilitar sua inserção socioeconômica. Tal contexto, pode ser descrito como uma ação social.

Atenta-se ao fato de que Designers apresentam um repertório variado quanto às suas ações e desenvolvimento de produtos para satisfazer as necessidades de grupos sociais e ambientais (Elwanger; Niemeyer, 2013). Para Fornaiser et al. (2012), as questões sociais são condições indispensáveis à ação do Designer, o qual também possui responsabilidade social, comprometido com a ética e o desenvolvimento econômico, para a melhoria da qualidade de vida de trabalhadores, famílias, da comunidade local e da sociedade. Por meio dos produtos de DBP, algumas pessoas conseguem o sustento da família e têm a chance de serem inseridas na sociedade, apresentando alguma mobilidade socioeconômica. Portanto, nota-se que a temática em questão está conectada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), pois pode promover ações que implementem melhorias sociais no âmbito econômico, de forma sustentável e autônoma, reduzindo as desigualdades sociais por evidenciar um trabalho um trabalho decente que pode contribuir com o crescimento econômico do país. Tal alinhamento encontra-se de acordo com a prática do Design Estratégico que, de acordo com Bentz & Franzato (2016), se constrói “no estudo das estratégias de design” visando o direcionamento de ações projetuais, essencialmente em termos organizacionais, às dimensões da inovação e sustentabilidade. Desta forma, evidencia-se que a presente proposta pretende explorar os ODS 1 (“acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”) e 8 (“promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”). Tal observação é pautada no fato de que o projeto busca melhorias no trabalho informal, por meio da venda ambulante, o qual é comumente caracterizado por um perfil com níveis elevados de vulnerabilidade. Parafraseando Lima et al. (2021), o perfil dos vendedores ambulantes apresenta-se, principalmente, com renda mensal de até um salário mínimo, sendo quase sempre a principal fonte de renda de famílias constituídas de

vários indivíduos e que não conseguem emprego no setor formal. Pretende-se, portanto, em um âmbito geral, possibilitar a geração de recursos econômicos, no modo inclusivo e autossustentável, por meio da inovação na implementação de negócios (comercialização de produtos diversos) e do empreendedorismo. Assim, podendo proporcionar visibilidade a respeito do trabalho informal e o incentivo à políticas públicas que possam fundamentar e motivar o reconhecimento governamental de tal atividade.

Finalmente, entende-se que a partir de um panorama contextual entre duas cidades, de certa forma representativas no tocante às características das cidades brasileiras, é possível se ter um reconhecimento maior quanto aos fatores que podem contribuir para a melhoria das situações do trabalho informal no cenário do país. Tal melhoria pode ser, também, direcionada aos artefatos de DBP produzidos pelos ambulantes, tanto em Porto Alegre quanto em São Luís.

## Design de Base Popular (DBP) ou Design Vernacular Urbano

O processo de design pontua questões que abrangem desde a forma ao significado de um objeto (artefato) e, também, da relação usuário-objeto até a sua configuração (materiais e processos de fabricação), além das demandas do mercado e a competitividade do consumo, considerando cada vez mais os problemas ambientais, até o nível de envolvimento e responsabilidade social (Wanderley, 2013). Portanto, o processo de design permeia um contexto de atuação resultante das inquietações sociais, buscando atender às demandas ou necessidades de uma sociedade.

O DBP é elaborado a partir de uma necessidade e é desenvolvido por pessoas sem formação acadêmica em design ou áreas afins e que têm pouco acesso aos meios de produção institucionalizados (Andrade, 2009). Valse (2007) adotou o termo “Design Vernacular Urbano”, definindo como sendo uma denominação às manifestações populares quanto aos artefatos desenvolvidos pelo processo criativo advindo de um indivíduo ou de uma comunidade em atendimento às suas necessidades de auto sustento.

Valse (2007) descreve que, o Design popular, normalmente, é produzido por trabalhadores informais, por meio do seu conhecimento empírico, para, de alguma forma, suprir suas necessidades socioeconômicas traduzidas em um produto de certa maneira adequado ao seu contexto de uso. Nesse aspecto, o conhecimento sistêmico e holístico do contexto sócio cultural e a relação com a produção de artefatos (no âmbito do DBP) - para o auto sustento dos trabalhadores informais (vendedores ambulantes) -, considerando possibilidades de inserção da inovação em ‘produto(artefato)-serviço’, pode ser evidenciado pelo Design Estratégico (DE).

Conforme Nichelle & Van der Linden (2017), DE aborda uma sistemática para a geração de conhecimento interdisciplinar que consiga dissecar situações problemáticas complexas (*wicked problems*), a nível projetual, considerando estratégias no âmbito organizacional no tocante à inovação. Tal inovação está atrelada ao oferecimento de uma combinação ‘produto-serviço’ e práticas de consumo. Scaletsky (2016) propõe o que o DE é uma abordagem facilitadora para o entendimento a respeito das situações problemáticas, por meio

da descrição e compreensão do entorno no qual o problema ocorre, para viabilizar o processo criativo e de desenvolvimento das soluções inovadoras. Para Freire (2014), o DE é uma prática que conduz a um processo ativador dos agentes conectados com as estratégias de uma organização, para o desenvolvimento de atividades projetuais coletivas e, assim, consegue identificar oportunidades na esfera de atuação da referida organização. O entorno onde ocorre a comercialização informal de produtos diversos, tendo como aparato de suporte ao processo de venda os artefatos produzidos pelos vendedores ambulantes, demanda inúmeros problemas complexos. Visto que os ambulantes atuam, por exemplo, nas praças, ruas, avenidas e em grandes centros urbanos que possuem um fluxo elevado de transeuntes. Observa-se, portanto, que estes surgem de um contexto social, no qual se posiciona o trabalho informal. Para Maccagnan e Meyer (2018), as situações problemáticas que envolvem os contextos sociais podem ser categorizadas como problemas complexos (*wicked problems*). Segundo os autores, tal afirmação pode ser fundamentada pela dificuldade de definição de objetivos pragmáticos por darem margem à uma gama de possibilidades de resoluções ao problema e eventuais ‘ramificações’ de difícil compreensão. Assim, entende-se que o DE aciona uma sensibilidade no designer, de forma a considerar que as situações problemáticas, como as que caracterizam as práticas dos trabalhadores informais, envolvam atores muitas vezes negligenciados, que precisam ser considerados na articulação que realizam com o seu entorno imediato, e das quais decorre a riqueza de ações de elaboração de seus processos de inovação.

Muitas demandas sociais geram processos organizacionais traduzidos em atividades estruturadas voltadas para um determinado produto ou serviço. Cabe ao designer ter uma participação na gestão de tarefas racionalizadas em ações lógicas e coerentes para a promoção de respostas ou soluções às demandas sociais. Ou seja, o designer deve atuar estrategicamente frente às soluções, trabalhando como gerenciador da organização e articulador de informações complexas para mediar a participação de diferentes agentes envolvidos no processo projetual. Tal circunstância envolve os aspectos físicos, humanos e de uso com o design social, o qual pressupõe uma abordagem diretamente vinculada a uma realidade ou localidade específica (Silva *et al*, 2016). Segundo Costa (2008) como citado em Diniz *et al* (2013), o Design pode ser utilizado para solucionar problemas sociais, denominando-se Design Social, que considera a inserção social como uma das suas intervenções, que pode ser utilizada tanto para projetos que evidenciam elementos gráficos (imagens), quanto projetos de produtos (objetos), incluindo a eco eficiência e a inovação.

## Procedimentos metodológicos

O presente estudo pode ser caracterizado como pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, gerando conhecimento exploratório e descritivo. Gil (1999) afirma que a pesquisa aplicada caracteriza-se por propósitos práticos, na busca da resolução de questões concretas e mais imediatistas. Tal afirmação vai de encontro à finalidade do presente estudo, pois pretendeu-se explorar a ocorrência de produtos de base popular (artefatos físicos) e seus criadores e/ou usuários, os vendedores ambulantes, visando gerar recomendações ao

aperfeiçoamento desses artefatos. Complementa-se que a natureza do estudo é qualitativo, pois abrange a compreensão da realidade de um fenômeno específico sob a ótica de atores sociais, sem considerar dados quantificáveis (Cervo e Bervian, 2002). No caso, trata-se do fenômeno “artefatos produzidos por vendedores ambulantes” e a compreensão a respeito deste contexto relacionado à cidade de Porto Alegre (RS) em paridade com a cidade de São Luís (MA). Por fim, entende-se que o referido estudo possui natureza descritiva e exploratória, a qual pode ser assinalada como a geração de informações ou conhecimentos em relação ao fenômeno pesquisado, pela riqueza de detalhes descritos a respeito dos mesmos, sem interferir ou alterar a realidade destes (GIL, 1999; Cervo e Bervian, 2002). Portanto, o estudo em questão visa a descrição sobre o universo onde acontece o processo de DBP e o comércio informal, destacando suas peculiaridades e características por meio de uma pesquisa de campo.

Realizou-se um mapeamento (cartografia) dos locais onde, possivelmente, há a presença de produtos de base popular, utilizados para comercializar produtos e/ou serviços. Tal mapeamento foi realizado em Porto Alegre (RS), tendo como referência a legislação municipal da cidade, por meio de visitas técnicas nos principais mercados públicos e ambientes de comércio informal (em praças, parques, ruas, avenidas, dentre outros). Realizaram-se, também, observações sistemáticas de produtos de base popular, em situação real de uso. Observação Sistemática é uma técnica científica de coleta de dados aplicada diretamente nos fenômenos que se quer observar, devendo ser planejada, estruturada ou controlada para responder à objetivos previamente definidos (Moraes e Montalvo, 2009). Desta forma, a coleta de dados foi realizada por registro fotográfico e em vídeo dos locais onde há a possibilidade de ocorrência de comércio informal e dos artefatos utilizados pelos trabalhadores para a realização de suas atividades de comercialização. Para tal, foram utilizadas máquinas fotográficas digitais, câmeras digitais e trenas. O período de observação aconteceu entre julho e setembro de 2023.

Para a elaboração do mapeamento (cartografia), usou-se o roteiro adaptado proposto por Arend (2018):

A. Mapopulação ambulante – Mapa da população ambulante: mapeamento dos locais de ocorrência dos vendedores ambulantes, considerando a malha urbana de Porto Alegre, vislumbrando as suas principais características quanto à ambiência;

B. MapArtefato ambulante – Mapa do artefato ambulante: características relativas ao artefato utilizado pelos vendedores para a comercialização dos seus produtos e serviços;

3. MapAção ambulante – Mapa das atividades de comércio (produtos e serviços) realizada pelos vendedores.

Ainda, os artefatos encontrados foram categorizados de acordo com Valese (2007): **artefatos fixos**: não requer movimentação constante do artefato para a venda de produtos e/ou serviços, apresentando estruturas leves, de fácil montagem, desmontagem e transporte; **artefatos móveis**: possuem sistema característico para grandes deambulações, durante o processo de comercialização de produtos e/ou serviços. E, também, de acordo com Löbach (2001): **produtos de consumo**: deixam de existir após o uso; **produtos de uso 1**: para uso individual; **produtos de uso 2**: para uso de determinados grupos; **produtos de uso 3**: para uso indireto. Por fim, foi utilizada a Classificação de Nice (11ª Edição – Versão 2018) de

produtos e serviços do INPI (2018) para a definição do tipo de produto e/ou serviço que é vendido pela utilização do artefato (produto).

Em paralelo ao mapeamento (cartografia) e à categorização dos artefatos encontrados, aplicou-se uma entrevista estruturada proposta por Macedo (2020). A entrevista foi pautada com as seguintes sessões: A. dados pessoais (nome, idade, sexo, escolaridade, renda e composição familiar); B. dados do trabalho (local de trabalho, jornada de trabalho, informações a respeito da rotina e das atividades constantes no processo de comercialização); C. Dados sobre o artefato (componentes, composição de materiais, processo de fabricação, dimensionamento). Foram realizadas um total 16 entrevistas (totalizando 16 artefatos físicos), registradas em caderneta de campo, sendo os resultados tabulados em planilha Excel e agrupados por ordem e frequência de resposta. Aplicou-se, também, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual informou a respeito dos procedimentos para a coleta de dados e solicitou a autorização dos entrevistados quanto a realização da entrevista e registro fotográfico dos artefatos, assim como evidenciou os riscos relativos ao processo como um todo. Houve, ainda, a preservação da identidade dos participantes e todos os cuidados quanto aos possíveis riscos relacionados, seguindo-se o parecer favorável do comitê de ética em pesquisa número 3.696.667.

## Resultados e Discussões

### DBP em Porto Alegre: MaPopulação ambulante

De maneira geral, o mapeamento (cartografia) sobre a ocorrência de DBP em Porto Alegre demonstrou que, a maior parte encontra-se na região central da cidade (nas ruas, praças e avenidas do centro histórico, nos parques, no entorno da rodoviária da cidade e ao longo da orla do rio Guaíba) e, também, com registros em bairros populosos, na região metropolitana e na zona sul da capital (principalmente, na orla da praia do bairro de Ipanema). Algumas pesquisas tem mencionado sobre comércio informal e vendedores ambulantes em Porto Alegre (Arend, 2018; Barroso, 2017; Marques Et Al., 2013; Kopper, 2011; Silveira E Rocha, 2007). Conforme Barroso (2017), o centro da capital dos gaúchos é um local que apresenta em suas ruas e calçadas o processo do comércio informal e destaca que esse fato é consequência da elevada circulação de transeuntes, potenciais consumidores desse comércio, com cerca de 150 mil pessoas circulando por dia nessa região. Arend (2018), descreve a presença de vendedores ambulantes no centro histórico de Porto Alegre, principalmente nos seguintes locais: - Rua da Praia, Av. Borges de Medeiros, Av. Senador Salgado Filho, Rua Marechal Floriano Peixoto, Rua Dr. Flores, Rua Vigário José Inácio, Rodoviária, Rua Voluntários da Pátria e Mercado Público. Silveira e Rocha (2007) relatam a presença de ambulantes no Parque da Redenção ou parque farroupilha, na feira do Bomfim, também chamada de 'Brique da Redenção', onde há manifestações nas as avenidas João Pessoa e Santana, estendendo-se até a avenida Osvaldo Aranha, sendo que todas as bancas expositoras são fiscalizadas pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. Por outro



lado, os autores mencionam também a existência de comércio informal, composto por vendedores ambulantes de brinquedos simplificados e alguns gêneros alimentícios (como pipoca, algodão doce, churros, casquina ou maçã do amor, cachorro quente, dentre outros) e bebidas (água, refrigerantes, sucos etc.). Marques et al. (2013) destacam que todo o centro da cidade sempre apresentou venda ambulante, com concentrações em determinados locais com maior circulação de pessoas e ressaltam sobre a criação do Centro Popular de Compras (CPC) de Porto Alegre ou Shopping do Porto ou Camelódromo, em 2009. Os autores enfatizam que o CPC foi uma tentativa de regularizar o trabalho informal em um edifício comercial próprio. Por outro lado, de acordo com Kopper (2011), o CPC não conseguiu comportar a quantidade enorme de trabalhadores informais, além de apresentar problemas de administração e de cobrança de inúmeras taxas de manutenção, fazendo com que muitos não aceitassem permanecer no local e optassem pelas ruas novamente. Tal realidade da capital gaúcha, também foi observada na capital maranhense. Macedo e Diniz (2020) e Lima et al. (2021) relataram a existência de vendedores ambulantes igualmente nos entornos mais centrais da cidade, locais onde há uma maior circulação de transeuntes e potenciais consumidores (clientes), citando como exemplo: próximo aos terminais rodoviários, paradas de ônibus, praças e ruas, assim como na região das praias, como também em bairros da região metropolitana. Macedo et al. (2022) reforçam que o centro histórico de São Luís apresenta uma grande concentração de vendedores ambulantes, dos quais cerca de 90% não apresentam regulamentação de acordo com as leis municipais. No mapeamento realizado por Arend (2018), na região do centro de Porto Alegre, 82% da amostragem levantada estava em situação irregular.

Observou-se, ainda, que há inúmeros produtos e serviços comercializados em Porto Alegre, tanto no modo itinerante quanto no modo fixo. Notou-se, por exemplo, a venda de alimentos, bebidas, vestuário, equipamentos eletrônicos, artesanato, dentre outros. No entanto, ressalta-se que uma boa parcela não segue a padronização exigida pela legislação municipal, sendo passível de fiscalização ou vendem produtos em situação irregular, corroborando as pesquisas realizadas por César (2021). A referida observação vai de encontro aos resultados da pesquisa de Arend (2018) que identificou a venda de produtos variados (alimentos de vários tipos, brinquedos, roupas e sapatos, utilitários e artesanato) e, ainda, a existência de comércio informal com ponto fixo, sendo a maioria com o oferecimento de produtos alimentícios, e outros trabalhando em deambulação. Em São Luís, o mesmo foi observado. Macedo et al. (2022) relatam a comercialização de bebidas em geral, alimentos, frutas, lanches rápidos etc, tanto em artefatos fixos, quanto em artefatos móveis (itinerantes).

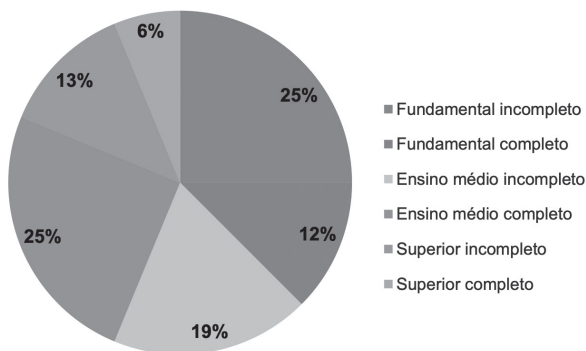
Considera-se importante explicitar a respeito do processo de fiscalização do trabalho informal. Pode-se notar que o município de Porto Alegre apresenta uma legislação mais detalhada, incluindo uma sistemática de padronização de artefatos usados para a venda de produtos e serviços (Porto Alegre, 2011). Notou-se que muitos vendedores ambulantes adotam a referida sistemática de padronização, mas boa parte não a considera. Já em São Luís, a legislação impõe licenciamento para a venda ambulante nos logradouros públicos, inclusive com possibilidade de multas que variam entre 20 a 100% do valor do salário mínimo atual, além de demais penalidades fiscais, mas não apresenta uma sistemática diversificada para a padronização dos artefatos utilizados para o processo de comercialização

(Macedo et al., 2022). Arend (2018) reforça o fato de que as operações para a fiscalização em Porto Alegre acontecem com o suporte da polícia militar ou da guarda municipal e, em muitas ocasiões, há situações de desentendimento, confronto, desmoralização e detenção de vendedores.

### Entrevistas estruturadas

No geral, o perfil dos entrevistados em Porto Alegre apresentou um total de 11 homens (68,75%) e 5 mulheres (31,25%), com média de idade de 45,4 anos (entre 29 e 57 anos). O tempo de trabalho como vendedores ambulantes apresentou variação entre 2 a 35 anos, com média de 8,4 horas trabalhadas. Tais características são aproximadas da realidade da pesquisa realizada em São Luís, por Macedo e Diniz (2020), na qual a maioria da população entrevistada foi composta de homens, com média de idade de 43,72 anos, com tempo de trabalho variando entre 2 a 40 anos, com média de 6,98 horas de trabalho por dia.

Quanto ao nível de escolaridade (Figura 1) sobre os ambulantes de Porto Alegre, a maioria se enquadrou entre ensino fundamental incompleto (25%) e Ensino médio completo (25%) e a menor parcela ficou em Ensino superior completo (6%) (Figura 1). Já a pesquisa em São Luís resultou na maior parcela como tendo ensino médio completo (Macedo e Diniz, 2020). Para Macedo (2020) essa circunstância corrobora o que aponta o IBGE (2018), o qual considera que os vendedores ambulantes no país geralmente apresentam nível reduzido de escolaridade, situação que contribui quanto as dificuldades encontradas para conseguir se empregar com carteira de trabalho assinada. Arend (2018) enfatiza que, na região central de Porto Alegre é comum observar homens, mulheres, idosos, jovens, pretos brancos, brasileiros e estrangeiros (como senegaleses e haitianos) exercendo a atividade de comércio informal, caracterizando-se como uma população em vulnerabilidade extrema.



**Figura 1.**  
Nível de escolaridade entre os entrevistados. Fonte: os autores.